



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DO PIRIÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO PIRIÁ
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

XI EDITAL DE CONVOCAÇÃO

1. DA CONVOCAÇÃO E NOMEAÇÃO

1.1. O Prefeito Municipal de Cachoeira do Piriá, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento ao disposto no item 2 do Edital do Concurso Público 001/2015, para provimento de cargos na administração pública municipal, devidamente homologado através dos Editais de Homologação nº 07/2016, publicado no Diário Oficial do Estado do Pará, nº 33087, de 14 março de 2016, e nº 08/2016, publicado no Diário Oficial do Estado do Pará, nº 33104, de 08 abril de 2016 e na Home Page www.fadesp.org.br, bem como afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal, torna pública a **11ª Convocação do candidato aprovado – sub judice- constantes no Anexo I deste Edital.**

1.2. O candidato constante desta convocação conforme anexos deverá comparecer junto ao Departamento de Recursos Humanos, localizado no térreo da Prefeitura Municipal de Cachoeira do Piriá, localizada a Av. Getúlio Vargas nº 534, Centro, Cachoeira do Piriá-Pará, no período de **14 à 28 de Agosto de 2018** no horário das 8h às 14h, a fim de apresentar os documentos comprobatórios de habilitação para nomeação e provimento do cargo, ressaltando que não haverá atendimento nos dias 18 e 19, 25 e 26 de Agosto.

1.3. O convocado deverá se apresentar perante o Médico, designado pelo Secretário Municipal de Saúde na sede da Secretaria Municipal de Saúde, na rua Magalhaes Barata nº 193, Bairro Centro, Cachoeira do Piriá-Pa, no horário de 08:00 as 12:00, de segunda a sexta-feira, a fim de proceder à avaliação médica quanto aos exames pré-admissionais.

1.4. O candidato deverá comparecer para a Avaliação do exame-médico-pericial, com os originais dos seguintes exames (que serão retidos pelo Médico):

a) – **HEMOGRAMA COMPLETO; GLICEMIA DE JEJUM; URINA DE ROTINA; TIPAGEM SANGUÍNEA; ELETROCARDIOGRAMA E HEPATITE (TGO/TGP); RAIOS-X (TORAX).**

2. DA DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA PARA POSSE

2.1. O candidato considerado **APTO** no laudo da avaliação médica deverá apresentar a seguinte documentação para tomar posse no cargo:

a) CPF

b) Carteira de Identidade (RG)

c) Carteira de Trabalho (CTPS)

d) Título de Eleitor, bem como comprovante de estar em dia com a Justiça Eleitoral (comprovante de votação na última eleição ou certidão emitida pela Justiça Eleitoral).

e) Carteira de Habilitação (Para Cargos relacionados a condução de veículos)

f) Carteira de Reservista (Sexo Masculino)

- g) Carteira Profissional (Para os Cargos que exigem Registro do Conselho)
- h) Número de Inscrição do PIS/PASEP
- i) Certidão de Nascimento ou Casamento
- j) Certidão de Nascimento dos Dependentes Menores de 14 Anos
- k) Comprovante de Residência
- l) Antecedentes Criminais (Polícia Civil)
- m) Escolaridade completa e habilitação exigida para provimento do cargo pretendido, adquirida em instituição de ensino legalmente reconhecida ou autorizada;
- n) Diploma de conclusão de curso em que conste a informação de que o curso foi realizado de acordo com as normas do Conselho Nacional de Educação (CNE) e carga horária; ou,
- o) Certificado ou declaração de conclusão de curso, com a carga horária, obrigatoriamente acompanhada do histórico escolar, no qual conste a informação de que o curso foi realizado de acordo com as normas do Conselho Nacional de Educação (CNE).
- p) Caso o diploma, certificado ou declaração de conclusão de curso não se explicitar que o curso atende às normas do CNE, essa observação deverá vir em declaração fornecida pela instituição, anexada à documentação.
- q) 02 Fotos 3X4
- r) Declaração de Acúmulo de Cargo, função e/ou Emprego Público, conforme previsto no Art. 37, XVI, a, b e c da C. F.;
- s) Declaração de bens que constitui seu patrimônio, atualizada. (§ 5º. do Art. 13 da Lei Municipal nº 04/2006-RJU);
- t) Laudo Médico detalhado que comprove a deficiência declarada no ato da inscrição.

Obs: Apresentar cópias autenticadas, com exceção aos itens: q, r, s e t.

3. DO REGULAMENTO PARA POSSE E EXERCÍCIO (Lei Municipal 04/2006-RJU)

3.1. A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo perante o titular da Secretaria Municipal de Administração e Finanças (§7º do art. 13 da L.M. nº 04/2006);

3.2. A posse ocorrerá no prazo de até vinte dias, contados da data de publicação do ato de provimento (Decreto de nomeação) (§1º do art. 13 da L.M. nº 04/2006-RJU).

3.2.1. A posse poderá ser prorrogada por trinta dias, a pedido do interessado, por problemas de saúde, com comprovação médica.

3.2.2. O requerimento do qual trata o subitem anterior deverá ser protocolado junto ao Protocolo Geral no Prédio da Prefeitura Municipal, juntamente com a comprovação médica.

3.2.3. O servidor que na data da nomeação, se encontrar em gozo oficial de umas das licenças abaixo, o prazo para posse será contado do término da mesma.

a) por motivo de doença em pessoa da família;

b) por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro, com problemas de saúde;

c) para o serviço militar

- d) para atividade política;
- e) para capacitação ou qualificação profissional;
- f) para desempenho de mandato classista;
- g) maternidade;
- h) paternidade;
- i) para tratamento de saúde;
- j) por acidente em serviço.

3.2.4. A posse poderá dar-se por procuração específica, emitida por cartório oficial.

3.2.5. O ato de provimento será tornado sem efeito, pelo Chefe do Executivo, caso a posse não ocorra dentro dos prazos estabelecidos.

3.2.6. O prazo máximo para entrada em exercício é de dez dias, contados da data da posse.

3.2.7. O servidor será exonerado do cargo se não entrar em exercício no prazo previsto no subitem anterior, observado o disposto nos subitens 3.2.2 e 3.2.3.

3.2.8. Ao entrar em exercício o servidor ficará sujeito a estágio probatório por período de três anos, período em que seu desempenho será objeto de avaliação especial para adquirir a estabilidade no serviço público municipal.

3.2.8.1. A avaliação a qual se refere o subitem anterior e, regulamentada pelo Chefe do Executivo, observa os seguintes fatores:

- a) assiduidade;
- b) disciplina;
- c) capacidade de iniciativa;
- d) produtividade;
- e) responsabilidade;

3.2.8.2. O Termo de Exercício deverá ser assinado pelo titular de cada Secretaria onde o servidor entrar em exercício e, devolvido uma cópia ao servidor e outra ao Departamento de Recursos Humanos para registro no devido assentamento individual do servidor e iniciar os procedimentos remuneratórios.

3.2.8.3. O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado.

3.2.8.4. O término do estágio probatório importa no reconhecimento da estabilidade de ofício.

3.3. Constitui anexo deste Edital a relação nominal dos convocados por cargo, polo ou micro área, número de inscrição e ordem de convocação, conforme Resultado Final.

3.4. A nomeação se dará conforme a necessidade da Administração Pública Municipal.

Cachoeira do Piriá, Estado do Pará, 14 de Agosto de 2018.

Leonardo Dutra Vale

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO –XI EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Cargo 48 – ANALISTA AMBIENTAL		
POLO I		
ORDEM	INSCRIÇÃO	NOME
1º	005906	FABRICIO SOUZA DO NASCIMENTO – SUB JUDICE.